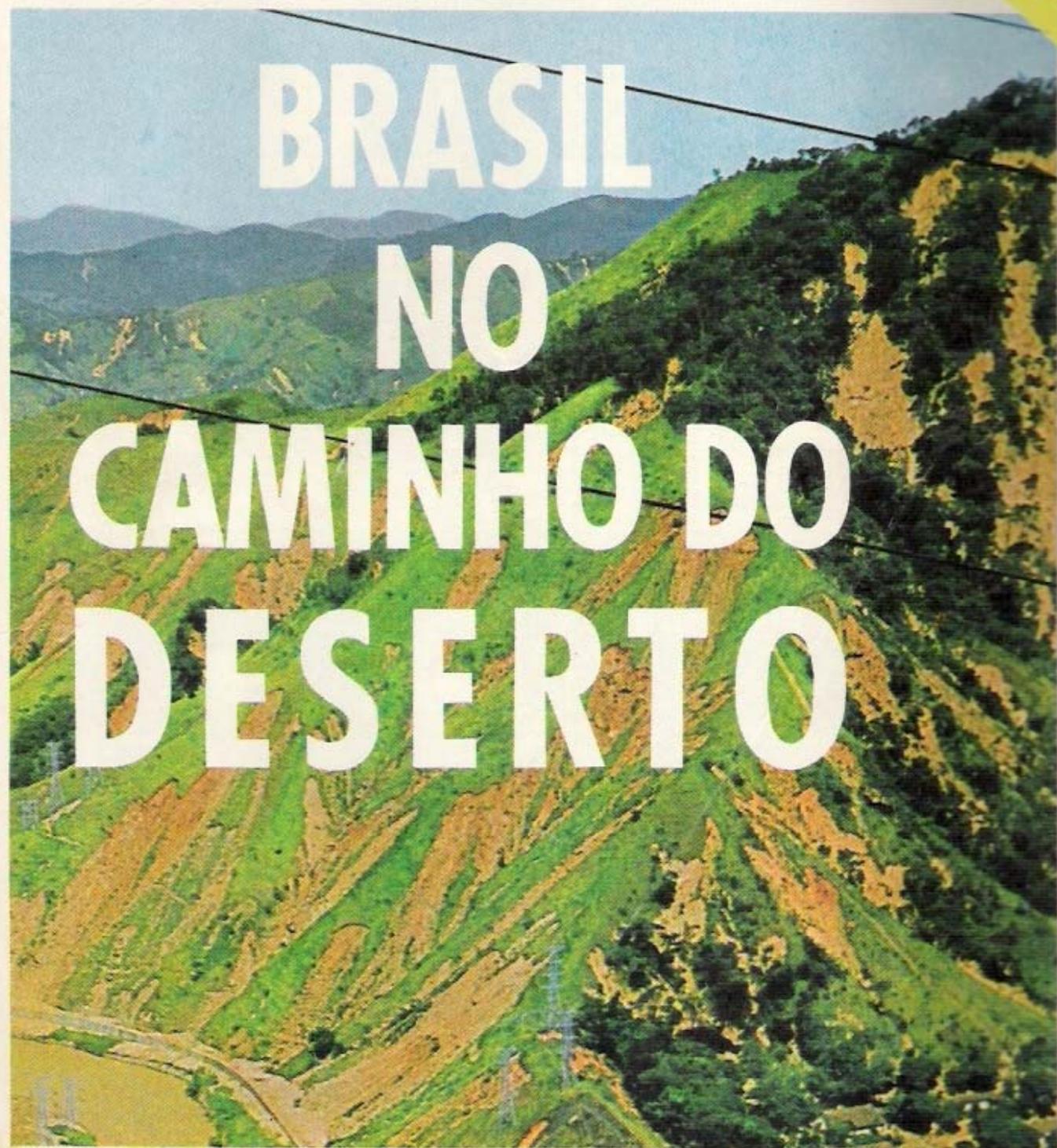


VENDA PROIBIDA

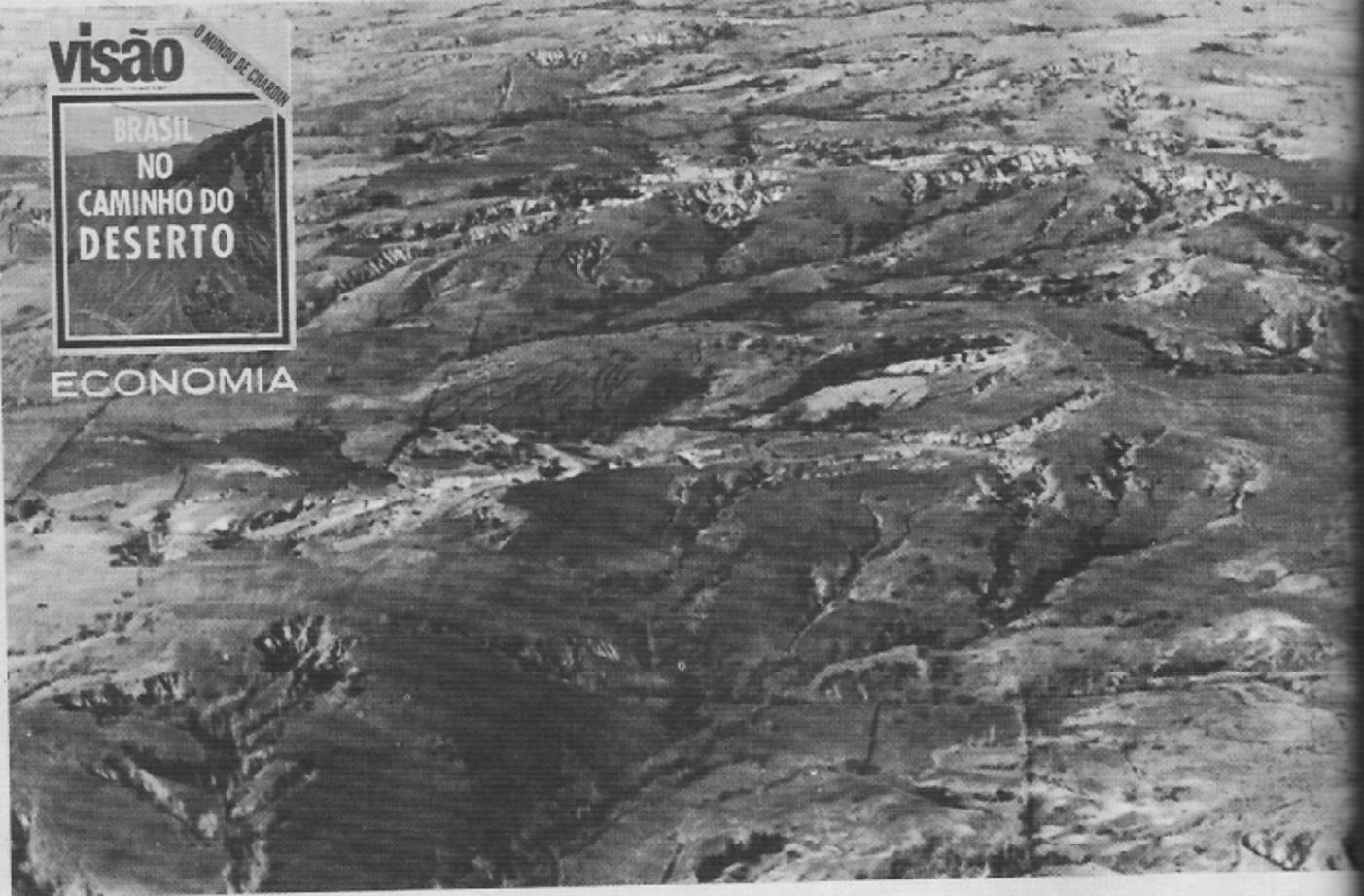
VISÃO

REVISTA NOTICIOSA SEMANAL - 11 de agosto de 1967

O MUNDO DE CHARDIN



BRASIL NO CAMINHO DO DESERTO



O Deserto de Uma Civilização

Um país de deslumbrados. Seiscentas mil pessoas já se fixaram ao longo da Belém-Brasília. Orgulhosamente, um membro do Governo Federal anuncia o feito. Aponta-o como a maravilha das maravilhas. A prova evidente de que a construção de rodovias é a solução para a colonização das áreas despovoadas do Brasil. A marcha para o Oeste, afinal. A ocupação do território brasileiro por brasileiros. A soberania nacional assegurada.

Nos me-ufanistas, o tremor de entusiasmo a sacudir as vértebras. Nos técnicos, um arripio de pavor a percorrer a espinha. Porque estes adivinham de que modo o povoamento está sendo feito. No ano da graça de 1967, uma horda de centenas de milhares de pessoas é despejada no coração do Brasil. Como nos tempos da descoberta. Sem assistência técnica, sem fiscalização, sem instrução, a onda humana se atira à devastação. Abre caminho a fogo, triturando florestas, queimando madei-

ras nobres, estragando em cinco, dez anos, terras que dificilmente serão recuperadas. Espalhando o deserto.

O país da oratória. Agradam aos ouvidos as descrições mirabolantes da Amazônia: o celeiro do mundo. Dói aos olhos o parecer dos técnicos: o solo cultivável da Amazônia não apresenta senão uma camada de 10 a 15 cm de espessura. Abaixo dela é o areal. Que, implacável, virá à tona à medida que a flora é devastada. E a Belém-Brasília rasga a Amazônia. Promove uma corrida para a região antes que haja uma estrutura para defendê-la. Ameaça transformar "um dos mais preciosos tesouros biológicos do mundo no mais espantoso deserto de que a humanidade terá notícia". A afirmação data de 1963. E veio de um dos maiores especialistas brasileiros em silvicultura, Victor Farah, presidente na época do Conselho Florestal Federal.

O país do escapismo. Avalanchas de relatórios, nomes gregos, latinos, in-

glêses e até brasileiros para explicar desabamentos e inundações. Isso, enquanto no caminho entre as duas maiores cidades do País, no trajeto das duas "metrópoles" brasileiras, se forma um deserto. Dezenas de milhares de pessoas, em ônibus e em automóveis pela Via Dutra, vêem montanhas esfarelado-se, rios secando, o deserto brotando. Sem levar tanto tempo quanto se pensa para ser a realidade dominante. O Vale do Paraíba está-se esfarelado. Diariamente. Os desabamentos na Via Dutra foram dramáticos. Ganham manchetes. Mas, ao longo de todo o Vale, há montanhas escarpadas ou morros arredondados vindo abaixo. O processo foi acelerado. Daqui para a frente, tudo acontecerá mais depressa. A próxima estação das chuvas vai mostrar. Nos altos, a erosão ganhará ímpeto. Nas planícies, os rios, entupidos de terra, transbordarão. Muita gente vai morrer no Vale do Paraíba, neste e nos próximos anos. E, num prazo



As barreiras caem com estrondo. Em silêncio, o deserto cresce entre Rio e São Paulo. Antes dele, inundações desastrosas. Causas profundas, simples. Como as feridas provocadas pelo plantio de bananeiras nas encostas mal sustentadas e os cortes feitos na base do barranco para construir estradas.

que pode ser tão curto quanto vinte anos, as terras do Vale fatalmente estarão áridas.

As portas das duas maiores cidades brasileiras, um deserto. Construído pelo homem com armas terríveis. Entre elas, duas de aspecto inocente. A bananeira. A rodovia. Uma inadmissível. A omissão.

Flora enfezada — Árvore no Brasil é assunto insípido — foi a dolorosa conclusão de um grande jornal paulista que, há cerca de dez anos, desenvolveu campanha intensa em defesa do que restava das matas do Estado — e do Sul do País. A circulação do jornal caiu. As matas vieram abaixo do mesmo modo, criminosamente, com um expediente bem brasileiro.

Para que as florestas — Pontal do Paranapanema, divisa com o Paraná — não pudessem ser derrubadas, deveriam ser desapropriadas pelo Estado. E elas só interessariam ao Estado na medida em que realmente representassem uma cobertura de vulto e ininterrupta. Foi aí que os madeireiros e pecuaristas acharam a solução: atearam fogo em vários pontos da área, destruíram milhares de árvores seculares. O Governo do Estado pouco fez para impedi-los — apesar das denúncias do jor-

nal. Ao final não havia senão uma colcha de retalhos no lugar da antiga manta florestal. A desapropriação já não se justificava. O gado e a serra, triunfantes, acabaram tomando conta da região.

A impunidade dos responsáveis por devastações reflete a apatia do homem brasileiro — desde o cidadão comum a prefeitos e professores — diante do problema florestal. A indiferença será o principal obstáculo a ser enfrentado pelo País, que parte neste momento para novo esforço de reflorestamento e defesa da flora, armado de dois instrumentos novos que, teoricamente, têm alto potencial de êxito.

O novo Código Florestal e a Lei 5.106 dão realmente vantagens imensas a todo e qualquer cidadão que se dedique ao plantio ou à defesa de árvores.

A formação de pequenos bosques de 10 mil árvores ou o plantio de extensões de milhares de quilômetros quadrados de matas, mesmo para futuro uso da madeira, foram transformados em atraente campo de investimentos para o pequeno sitiante ou a grande empresa florestal. O lucro, motivação básica dos empreendedores, foi introduzido no cenário do problema florestal brasileiro. A reação positiva a esse estímulo, porém, não trará de pronto a recuperação das enormes áreas devastadas. O esforço precisa ser coletivo.

Madeeeeeeeira! — “Cidades cogumelos” foi a denominação recebida pelas localidades da região da Alta Paulista, desbravada nos últimos 25/30 anos em São Paulo. Com menos de vinte anos, algumas delas haviam atingido tal grau de prosperidade que já necessitavam de semáforos para controle de seu tráfego. Adamantina é um exemplo real. Mas o cogumelo, usado como símbolo da “explosão” das cidades, é também um exemplo de forma inferior de vegetação. E também nessa acepção o termo se aplica às novas cidades paulistas, pois a devastação foi ainda maior que nas zonas velhas de São Paulo: o mesmo município de Adamantina não tem senão 3,65% de seu território coberto por matas nativas ou regeneradas. Pacaembu e Parapuã, outros dois municípios do Oeste paulista, chegam a níveis ainda mais inacreditáveis: 0,25% e 0,68% de matas em todo seu território. A colonização dessa região, é curioso observar, foi feita preponderantemente por imigrantes japoneses, que parecem assim ter-se contagiado pelo santo horror brasileiro à árvore, apesar de toda a mentalidade florestal secular de que estão possuídos os orientais.

Além do exemplo paulista, há o paranaense. Técnicos do Governo afirmam que a maior devastação já feita



no Brasil não ocorreu nos tempos da colonização portuguesa.

Foi nas décadas civilizadas de 1930/1940, quando do “desbravamento” do Paraná. De 1930 a 1960, de um total de 95 mil km² de floresta subtropical, o Estado destruiu 55 mil km². As florestas de pinheiro caíram igualmente de 42 mil km² em 1930 para 22.900 km² em 1960 — e isso porque o Instituto Nacional do Pinho, a partir de 1950, passou a exercer fiscalização severa sobre os cortes e mesmo sobre o aproveitamento das árvores abatidas, fazendo com que se refreasse o ritmo de derrubadas.

Hoje como ontem, o Brasil semeia desertos. Cálculos oficiais estimam que, neste exato momento, o País está destruindo 300 milhões de árvores por ano. Planta, como reflorestamento, não mais de 50 milhões por ano, ou apenas 15% do que corta. Caminha cegamente para o deserto.

Ah, as estatísticas — Se Deus fosse mesmo brasileiro, teria dotado seu povo de maior sensibilidade para as mentiras das estatísticas, velho insuflador do orgulho nacional. Nos levantamentos mundiais sobre recursos florestais, o Brasil figura garbosamente em segundo lugar, logo depois da União Soviética.

Melhor ainda, proporcionalmente ao território, é o primeiro quanto à porcentagem da superfície florestada, com 54% de seus 8,5 milhões de km² cobertos de vegetação.

A ilusão da inesgotabilidade desses recursos é uma cortina de fumaça para o incendiário problema da devastação. As matas brasileiras se concentram, na proporção de 83%, na Amazônia. Por isso, a realidade é que o resto do Brasil, em termos florestais, já é um deserto. São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntos, detêm apenas 1,68% da superfície florestal do

País. E o desmatamento continua: pequenos capões de matos, distribuídos esparsamente pelas fazendas, e que haviam escapado ao machado e ao fogo durante dois ou três séculos, são postos abaixo, mesmo nas zonas mais antigas de São Paulo. Se o preço do milho sobe, por exemplo, o fazendeiro não titubeia: sacrifica as árvores, em busca de terra descansada. E o faz no estilo tradicional: com o machado e com o fogo, sem aproveitar a madeira. Planta depois morro abaixo — caminho seguro para a rápida decadência da terra. Como faziam seus antepassados.

Pela lei, a derrubada já não poderia ser feita. Mesmo pelo antigo Código Florestal, qualquer corte de árvores dependia de autorização dos órgãos florestais, do Estado ou do município. E a estes caberia denegar a ordem, de acordo com o grau de desmatamento já atingido pela fazenda. Mas quem se importa com a lei, aliás, com a árvore, no Brasil?

Os prefeitos, não. Os governos de Estado, também não: somente um desses Estados, São Paulo, possui, desde 1934, um Conselho Florestal — que prima por seus serviços de reflores-

Terra degradada. "Em quarenta anos de pesquisas em todo o mundo, nunca vi região tão degenerada", registrou Aubreville, técnico francês enviado pelas Nações Unidas, depois de visitar o Vale do Paraíba. Com superfície de 57 mil km², abrangendo os Estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais, a bacia do Paraíba sofreu verdadeiro saque durante séculos. A agricultura irracional de seus povoadores — e que persiste até hoje — devastou suas matas a fogo. E fogo incontido, que "limpava" a área destinada ao plantio e devorava as matas dos morros e montanhas inaproveitáveis para a lavoura. Essas derrubadas-monstros nunca poderiam ter ocorrido: a região tem 68% de solos com declividade superior a 40% — que requerem proteção florestal ou se decompõem.

O vandalismo na ocupação do Vale foi tal, que no prazo de quarenta anos o café ocupou suas terras e depois deixou-as para trás, arrasadas. Atrás do êxodo do café veio o êxodo populacional: o trecho paulista do Vale tinha apenas 520 mil habitantes em 1956, quando, à taxa de crescimento populacional de 2,3%, deveria ter atingido a casa de 1,2 milhão, não fôra a debandada de seus moradores para outras regiões.

Surgiram as "cidades mortas" de Monteiro Lobato. E o Vale só se reanimou a partir de 1945, com a industrialização. Mas seus recursos naturais continuaram sem proteção — e a ameaça do deserto está às portas, não sem que antes sua população enfrente o drama das inundações anuais crescentes, resultantes da quantidade de terras arrasadas para os rios, o entupimento de vales por onde as chuvas escoavam, a sedimentação intensa em depósitos e reservatórios (inclusive os das usinas elétricas).

O Vale está morrendo. Há planos para recuperá-lo, mas talvez a sua ambição exagerada seja a própria determinante do seu fracasso. O Vale se desagra rapidamente,

Quem vai matar o Vale

não espera. O Governo do Estado de São Paulo tenta resolver sozinho, sem contar com o auxílio das prefeituras, dos fazendeiros e dos moradores do Vale, um problema que é coletivo. Constrói diques, *polders*, canais de irrigação. São obras gigantescas, demasiado concentradas — enquanto o resto do Vale se desintegra. A região pede medidas drásticas: obrigatoriedade imediata de reflorestamento pelos fazendeiros seria uma delas. Proibição de lavouras não adequadas às condições do terreno, outra. Participação das prefeituras na formação de viveiros de muda, trabalhos de reflorestamento e fiscalização, uma terceira. No presente, municípios com alta arrecadação, trazida pela industrialização, enfeitam-se como pavões com lâmpadas de mercúrio e fontes luminosas, mas suas prefeituras não aplicam um níquel na defesa dos recursos naturais, de matas a mananciais de água — estes indispensáveis à própria industrialização. Estão rifando seu futuro.

O acomodamento, a preocupação com planos mirabolantes, fazem esquecer problemas que já não podiam subsistir no Brasil:

1) Para fazer carvão, há usinas siderúrgicas devastando enorme área do Vale, a última reserva florestal da região, e que permanecera intocada porque, por lei, devido à declividade do terreno, não podia ser derrubada. Em princípios do ano o Governo paulista proibiu a derrubada, que, teoricamente, já era proibida pelo Código Florestal. Pois nem essa lei está sendo cumprida. As usinas protestaram e as autoridades deram novos prazos para que elas "se adaptassem à nova situação".

2) A pecuária leiteira é uma das principais atividades do Vale, que, "excluindo-se a várzea, pode-se dizer que é uma grande pastagem", segundo relatório de técnicos do Governo paulista. Trata-se de um contrassenso total: devido ao terreno acidentado (montanhas), a pecuária é duplamente condenável. Primeiro, porque o gado gasta mais energia em subir e descer o morro, à procura de alimento (capim), do que na própria produção do leite — e este somente pode ser caro, produzido antieconomicamente. Segundo, porque os pontos pisoteados pelo gado, ou de vegetação destruída pelo gado, são o foco inicial da erosão. Além dessas condições adversas, os pecuaristas do Vale não demonstram sequer preocupação com pastagens melhoradas, como as existentes, por exemplo, na Noroeste. Conforme o mesmo relatório, as pastagens do Vale do Paraíba são "na sua quase totalidade constituídas de capim-gordura, que, dadas as suas características, não só não oferecem grande capacidade de sustentação de animais, como também não atuam satisfatoriamente na retenção do escoamento superficial das águas e na proteção contra a erosão. Estes fatos podem ser verificados pelas vazões dos ribeirões e pelo assoreamento (entupimento) intenso das terras baixas". Traduzido: o caminho da erosão, da inundação, do deserto. Demonstrado em definitivo pelo uso das terras do Vale: pecuária — 1 milhão de hectares; agricultura — 70 mil; matas — 120 mil.

O Governo Federal, depois da catástrofe do começo do ano, está criando um órgão especial — a Superintendência do Vale do Paraíba — para executar e coordenar o planejamento regional de obras que reergam a região. A experiência paulista deve ser lembrada pelo novo órgão: planos ambiciosos são comprometedores, porque demorados e distantes da população. E o Vale tem pressa.

tamento. Mas não impede os novos desmatamentos.

A pátria salva — O Brasil pode passar a plantar 1 bilhão de árvores por ano, com a nova lei de incentivos ao reflorestamento. O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, General Silvio da Luz, acredita que, à medida que as vantagens concedidas pelo Governo forem sendo divulgadas, crescerá o interesse pelo plantio. No futuro, é seu ponto de vista, cerca de 5% do total do imposto de renda arrecadado no País passará a ser aplicado no reflorestamento. Em termos atuais, isso equivaleria a 150 milhões de cruzeiros novos, ou, ao custo de 15 centavos novos por muda — inclusive tratos culturais necessários —, repre-

sentaria o sonhado bilhão de árvores por ano.

Nem por isso o problema florestal brasileiro estaria resolvido nas regiões já devastadas, como ocorre no Sul, de São Paulo para baixo. A razão? As regalias da lei de incentivos atrairão principalmente grandes empresas industriais, que procurarão formar extensas plantações (pinheiros e eucaliptos, sobretudo) com fins comerciais, desde a produção de celulose e papel à obtenção de madeira. Vale dizer, extensas plantações se concentrarão em determinadas áreas, enquanto o problema florestal do Brasil, tomado globalmente, se apresenta altamente diluído. Ou, em outras palavras, a existência de grandes florestas em alguns municípios poderá resolver apenas um problema: o

de obtenção de produtos florestais (madeira, polpa). Mas não dará solução — a não ser naquelas áreas — ao desgaste das terras da agricultura, às alterações das condições de clima, aos desabamentos e inundações, que precisam ser atacados em cada município, em cada fazenda, em cada sítio em que a proteção florestal foi destruída. Ou está sempre ameaçada pelo homem.

Mutirão? — Israel empurrou o deserto. O deserto ainda não está empurrando o Brasil. Torna-se assim difícil motivar a opinião pública em defesa dos recursos florestais. Sôzinho, o Governo Federal pouco conseguirá. Muito vai depender dos Estados e municípios — pois as leis contra o deserto já existem. Sua articulação e aplicação são prome-

Leve uma criança à praia. Mande-a fazer um castelo na areia. Pronto o castelo, mande-a escavar na base. Ela recusará. O castelo desmoronaria.

E é o que o Brasil está fazendo com seus morros — de modos diretos e indiretos. Diretos, com a retirada de terras ou escavações para construções. Indiretos, com o plantio de bananeiras ou com obras rodoviárias mal executadas. Há fatos altamente sofisticados a determinarem a desagregação dos morros brasileiros. Mas esses dois, ainda que óbvios, são fundamentais. E admitem pronta correção.

A bananeira, com seu aspecto acolhedor, é no presente a maior praga a ameaçar as encostas dos morros brasileiros: ela lambe as reservas florestais do litoral sul de São Paulo, infiltra-se nas matas da serra de Caraguatatuba, mete uma cunha no morro carioca. Ela adora grotões, locais úmidos. O modesto posseiro que constrói seu rancho à beira da estrada, em matas do Governo, faz seu plantio nos grotões, nos locais úmidos. Aquêles por onde os filêtes de água, os cursos de água ou as águas da chuva descem. Quando há mata nos grotões, a água não escava a terra, não arrasta a lama, não provoca desbarrancamentos. A bananeira não tem essa capacidade. A água lava a terra e, nas chuvas, arranca os bananais dos grotões ou sopés de morro. A erosão começa aí. As partes superiores do morro ficam sem suporte. E vêm abaixo.

O que está acontecendo nas montanhas escarpadas do Vale do Paraíba é evidente. Há um deslizamento de barreira? Uma observação atenta mostrará que, em 90 a 95% dos casos, a chuvarada não foi responsável. Lá estarão as marcas do desmatamento do sopé do

Quem vai morrer no Vale

morro ou do grotão — para plantio de bananeira, dissimulada entre a vegetação. Ou a base do barranco cortada para o traçado de estradas.

A tragédia da Via Dutra em princípios do ano decorreu realmente de um temporal de grandes proporções. Também em Caraguatatuba choveu muito. Mas faltou perguntar até que ponto a existência de bananais nas encostas (e cortes rodoviários mal executados) agravou os desabamentos. E faltou ainda reconhecer que em outros pontos do País há desabamentos, menos trágicos mas igualmente graves, mesmo sem a ocorrência de tormentas. Se a tragédia foi esquecida, é preciso lembrar do mal permanente. Por todo o trecho de serra da Via Dutra há florestas, no pico de montanhas, simplesmente balançando no ar. As encostas se foram. Ou estão indo. Toneladas de terra virão abaixo, com milhares de árvores de cambulhada, na próxima estação das chuvas — a menos que estas sejam muito benignas.

O Ministro Mário Andreazza agiu com decisão nas obras de recuperação e conclusão da segunda pista da Via Dutra. Com igual decisão deve buscar a colaboração do Ministério da Agricultura e do IBRA, para uma ação conjunta e rápida contra o desmatamento ao longo da Dutra — ou a rodovia será de novo atingida. As plantações de bananeiras são feitas por posseiros humildes, ignorantes, desconhecidos de que a lei proíbe o desmatamento de encostas com acrive de

mais de 25%. Retirá-los pura e simplesmente, ou impedi-los de plantar, seria desumano. Mas o IBRA surgiu para problemas de colonização: é de sua atribuição amparar os posseiros, removê-los para outras áreas, dar-lhes novos meios de renda. O IBRA, que vem inundando as telas dos cinemas cariocas com documentários sobre suas atividades na Amazônia, não pode ignorar um problema surgido às suas barbas. No trajeto das duas maiores cidades brasileiras.

A erosão alucinante da serra, ou a erosão acelerada dos morros arredondados do Vale, pode, na maioria dos casos, ser combatida com extrema facilidade, em caráter provisório, dentro da urgência que o problema requer. Enquanto o reflorestamento em larga escala não vem — e ele pode demorar cem anos —, há o recurso ao plantio de leguminosas. Os trechos que mal comecem a desabar serão fixados. Ainda este ano. Nas voçorocas ainda no início, não será nem preciso plantar: basta semear por lanço, é o que afirmam os técnicos.

Ao IBRA o problema não preocupa, tampouco o Ministério da Agricultura pensa nêlo: já em 1965 o Conselho Florestal Federal advertira aquela pasta sobre "as devastações que se ampliam de ano para ano" na "floresta da encosta atlântica da serra do Mar", para plantio de bananeira. Nada se fez.

Com a mesma decisão com que agiu no caso da Dutra ou no Lloyd, o Ministro dos Transportes pode levantar o problema. E, já que os métodos formais não parecem seu forte, um mutirão das populações da área permitiria atacar rapidamente os pontos críticos. Ou muita gente vai morrer no Vale. Na Dutra. No Verão.

tidas para os próximos dois meses pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, recentemente criado e ainda não completamente estruturado, e que substitui o Instituto Nacional do Pinho, a Agência de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Conselho Florestal Federal.

"Uma fiscalização enérgica será promovida no País, tanto em defesa das matas remanescentes nas zonas velhas, como das reservas florestais da Amazônia e do Brasil Central", diz o General Sílvio da Luz, presidente do IBDF. Para tanto, o IBDF vai precisar de enorme mobilização humana: um total aproximado de 8 mil guardas florestais, somente para a região sul. "Como é impossível formar esse pessoal a curto prazo, inclusive pelas despesas decorrentes, o IBDF cogita da assinatura de convênios com as polícias militares dos Estados, que cederiam guardas para a fiscalização", conclui o presidente do órgão.

Simultaneamente à repressão, o IBDF traça diretrizes para implantação de uma mentalidade florestal no País, através de campanhas educativas. E estuda incentivos aos planos de reflorestamento, a fim de deixar rapidamente para trás a ridícula margem de plantio de árvores no Brasil, que neste meio século representa apenas um milésimo do total derrubado: 1.500 km² reflorestados, contra 1,5 milhão devastados em 42 anos. Ou 1,25 bilhão de árvores plantadas, contra 1,25 trilhão de árvores derrubadas.

Já modestas, essas cifras devem-se exclusivamente a três responsáveis:

■ O Instituto Nacional do Pinho, ora extinto, com cerca de 50 milhões de árvores (pinheiro brasileiro e *pinus elliottii*) em seus parques e distribuição de mudas a particulares (30 milhões de mudas este ano).

■ O Governo do Estado de São Paulo, que, no entanto, após grande impulso

no replantio durante os governos Jânio Quadros e Carvalho Pinto, reduziu suas atividades. Seu Serviço Florestal plantou 8,7 milhões de pináceas em 1960, e mais 15,1 e 21,1 milhões em 1961 e 1962, caindo a seguir para: 17,3, 12,2, 10 e 6,1 milhões em 1963, 64, 65 e 66.

■ As indústrias siderúrgicas (madeira para carvão) e de papel (celulose), principalmente a Belgo-Mineira (312,5 milhões de eucaliptos), Acesita (63,5 milhões) e Klabin (125 milhões).

A ação coletiva contra a devastação e a favor do reflorestamento o IBDF espera obter através de campanhas educativas, planejadas mais objetivamente que as até hoje realizadas. Nada de ministros gordos, bagas de suor a escorrer pelo rosto, a plantar tristes mudinhas em ridículas comemorações do Dia da Árvore. Se um centésimo das mudas plantadas nessas festinhas tivesse sobrevivido, o Brasil seria uma imensa floresta. #

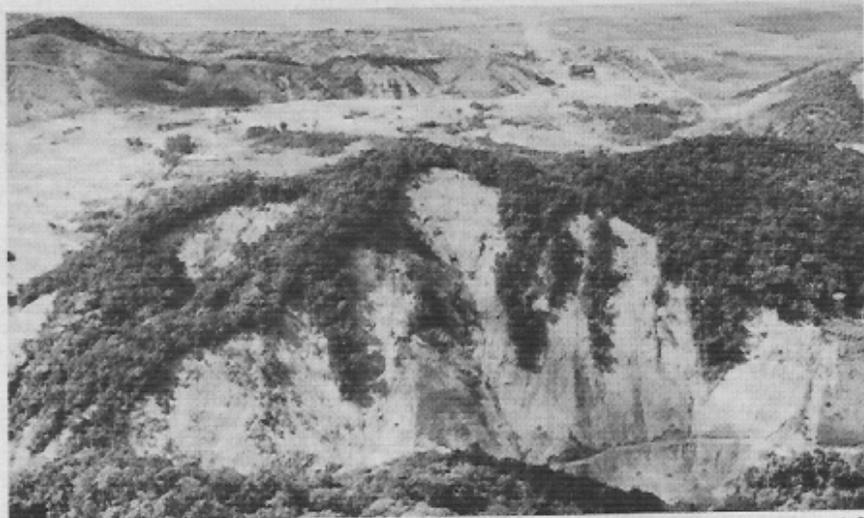
Árvores mortas, hosana!

Irônicamente (ou inconscientemente?) todos os cânticos, versos e textos escolares de exaltação à árvore, no Brasil, pregam não a sua conservação, mas a sua destruição.

"A árvore é nossa amiga", dizem os textos, "porque dela tiramos a madeira — a árvore morta — que nos serve de berço e caixão, a lenha que nos aquece, o papel que nos instrui." Não instrui tanto assim, porque 90% da população brasileira — e dentro dela a esmagadora maioria dos professores primários, que deveriam esclarecer seus alunos — não tem conhecimento exato da função da cobertura florestal. Vão das afirmativas líricas como "a árvore nos dá sombra e frutos" aos palpites genéricos de que "protegem o solo". Além daí não vai nossa vã ecologia.

O Brasil está enfrentando, por falta de cobertura florestal, uma cadeia de fenômenos que tendem a repetir-se e agravar-se, pois se interinfluenciam. Os desabamentos, as inundações, as chuvas ora escassas, ora torrenciais, o desaparecimento de córregos e nascentes, a queda do nível dos rios (o São Francisco, outrora totalmente navegável, hoje já não dá calado), o surgimento de areais — são fruto maior da fúria contra a árvore:

Progressiva degradação da flora: Com as queimadas, na "substituição da floresta por campo...



Caraguatubá: cortes rodoviários mal executados agravaram a catástrofe?

ainda que caia semente de árvore e consiga germinar, a árvore nova é sufocada pelo crescimento mais rápido das plantas herbáceas e é destruída definitivamente pelo fogo na próxima queimada, sem ter tido tempo de deixar descendência". A própria vegetação do Nordeste não era tão "ruim" quanto hoje: decaiu nos anos.

Sêcas e inundações: No solo não se processa apenas a diminuição da capacidade de retenção de água: os campos são erodidos muito mais que os solos florestais, e há diminuição da "reserva de água no lençol freático (subterrâneo, que alimenta fontes, nascentes, etc.), que baixa muito nas estiagens e sobe muito nas estações chuvosas", provocando a "inundação dos rios, devido ao escoamento rápido das águas".

Clima e chuvas: "Sabe-se que o calor solar que incide sobre as matas

é em grande parte consumido para evaporar água de folhagem para promover a fotossíntese. A irradiação (de calor) de volta à atmosfera é pequena... Sobre os campos essa irradiação é muito maior, por ser menor a massa vegetal... Colunas de ar quente sobem dos campos superaquecidos, afastando o ponto de condensação da umidade atmosférica. As estiagens tornam-se mais longas e mais sêcas. As estações chuvosas, mais intensas e mais curtas, agravando a erosão."

A essas conclusões, extraídas de trabalho apresentado em 1948 pelo Professor José Setzer, do Departamento de Geologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, pode-se acrescentar o seguinte: ao desmatamento sobrevivem as inundações, o desabamento, o deserto.

Debate começa com sangue

Amputações, transfusões, tratamento especial para alguns órgãos serão inevitáveis no segundo semestre deste ano, em que o organismo econômico do País, dilacerado por anos de inflação, começa a convalescer.

Os males da inflação exigiram remédios caseiros, de efeito rápido mas que a longo prazo envenenam o doente. Toda a estrutura do mercado financeiro e do mercado de capitais está em fase de reestudo, para eliminar as distorções que têm tornado alto o custo do dinheiro, sufocando as empresas.

A fase de readaptação vai reduzir os ganhos de muitos agentes no mercado financeiro — por isso mesmo, será dolorosa. Mas “dinheiro não é artigo de luxo, é sangue das empresas, não é artigo supérfluo, não pode ser oferecido da mesma forma que uma televisão, que um sabonete. Não pode a estrutura administrativa — dos agentes financeiros — estar montada dentro de um sistema comportando instalações aparatosas ou uma rede de captação excessivamente grande. Temos que ter um sistema simples, um sistema barato de captação de recursos, sem o que estaremos encarecendo o preço deste sangue. Ninguém lucra com isso”. Esse agressivo pronunciamento do Ministro Hélio Beltrão, no encerramento do 1º Fórum Brasileiro sobre Mercado de Capitais, colocou ostensivamente em debate o problema da revisão dos mecanismos de captação e distribuição de poupanças no Brasil. Os próximos meses vão mostrar grandes modificações nas faixas de ação dos bancos comerciais e financeiras, bancos de investimentos e sociedades corretoras de ações. O sangue das empresas correrá facilmente.

Refrega — A evolução do sistema financeiro no Brasil foi analisada em dois encontros promovidos no Rio, o Congresso Nacional de Bolsas de Valores e o 1º Fórum Brasileiro sobre Mercados de Capitais. Em ambos, ficou patente que os agentes financeiros já concordam com as teses governamentais quanto à necessidade urgente de revisão da estrutura do mercado de dinheiro.

A discordância que há entre os representantes dos diversos agentes, no entanto, foi acentuada, quanto à forma de promover as modificações — justamente porque das transformações implantadas vai depender o futuro de cada um.

As sociedades financeiras, por exemplo, mais uma vez adiaram uma tomada de posição em relação às intenções do Governo, de reservar-lhes apenas a faixa de crédito a médio prazo (acima de 180 dias). Os representantes das bolsas de valores advogaram novos estímulos, novas regalias do Governo para incentivar o mercado de ações no País, por julgarem que o dinheiro captado através das ações é o que mais barato sai para as empresas (não pagam juros por ele). A posição de ambos, contudo, foi colocada em xeque pelo ex-Ministro Clemente Mariani, autor de uma das teses apresentadas ao fórum e que provocou inflamado debate. Propôs o ex-Ministro a regulamentação da expedição dos “certificados bancários” relativos a depósitos a prazos fixos, que poderiam ser negociados, com estas conseqüências:

1) Para as financeiras — concorrência com as letras de câmbio; e até mesmo, a longo prazo, possível extinção delas.

2) Para as bolsas — concorrência com as ações, uma vez que os certificados assegurariam remuneração predeterminada ao tomador, e os ganhos com investimentos em ações continuam a depender do comportamento das cotações na bolsa.

A luta — À primeira restrição, o ex-Ministro Clemente Mariani contrapõe o argumento de que os depósitos a prazo fixo estão bloqueados nos bancos até agora, e a regulamentação permitiria sua utilização, com vantagens para os negócios e o barateamento do dinheiro.

Quanto ao mercado de ações, o ex-Ministro reafirmou seus pontos de vista anteriores, de que é um erro o Governo estimular a aplicação das poupanças em ações antes de existir um sistema que assegure que o investidor vai lucrar com o investimento, e não esteja sujeito às oscilações bruscas em bolsa, como ocorreu até passado recente. “Não nos parece justo”, afirmou, “que se desfalque o mercado financeiro, cujas angústias periódicas são notórias, em benefício do mercado de capitais, nem se force a aplicação de recursos em papéis de longo prazo (ações) sem uma segurança de manutenção do seu valor real.”

A revolução — Um entendimento entre os agentes financeiros deverá vir, forçosamente, a curto prazo, pois o Governo não parece disposto a tolerar retardamento nas soluções tendentes a reduzir o custo do dinheiro. Como porta-voz do Governo, o Ministro Hélio Beltrão frisou rudemente, durante o fórum, “a necessidade de se rever todo o processo que se desenvolve em torno do problema da captação da poupança privada e no reencaminhamento dessa poupança ao sistema produtivo”. Agressivamente, assinalou: “Do contrário, vamos ter dentro de pouco tempo as empresas revoltadas não somente contra o Governo, que é revolta crônica, aliás muito saudável, mas também contra o sistema financeiro, o que não é saudável e nem será crônico”. ##

G. Gafner



“Vamos ter dentro de pouco tempo as empresas revoltadas com o sistema financeiro”, se o custo do dinheiro não for reduzido

O despertar



David Rockefeller

As empresas brasileiras que se preparem rapidamente para enfrentar séria transformação econômica — ou

acordarão tarde. A criação do Mercado Comum Latino-Americano — e provavelmente do Mercado Comum Americano, com a inclusão dos EUA e do Canadá — não é um projeto tão remoto quanto parece. A bandeira já foi levantada no exterior, e a evolução deverá precipitar-se. David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, em recomendação à Subcomissão Conjunta do Congresso dos EUA sobre Política Econômica Exterior, defendeu a conveniência de que os EUA se

juntem “em grupos comerciais à América Latina ou ao Canadá, a ponto de poder formar um bloco capaz de competir com o Mercado Comum Europeu”. Rockefeller declarou em seu depoimento que a formação da ALALC, do Mercado Comum Centro-Americano e mesmo do MCE contribuiu “em grande escala” para fortalecer e estabilizar a economia do mundo livre, mas tendeu a reduzir o poder de competição das exportações americanas — de onde a conveniência do novo bloco. A posição de Rockefeller, longe de partir de um ponto de vista pessoal, representa o

pensamento de círculos empresariais dos EUA, de que ele é um dos líderes. Indica portanto uma tendência que ganha corpo, já revelada pelas indústrias automobilísticas dos diversos países latino-americanos em suas fusões e associações com vistas à supremacia no mercado regional (Visão, 4-8-67, “Homens & Negócios”). A criação do Mercado Comum tem sido defendida, também, pelos técnicos da Aliança para o Progresso que, de dois anos para cá, recomendam com insistência a necessidade de elaborar projetos industriais que tenham interesse multinacional.

Ação nova

Em funcionamento o Grupo Executivo das Indústrias do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG), criado pelo Governo para acelerar a expansão desses setores. Estímulos fiscais e de toda ordem, semelhantes aos oferecidos anteriormente às indústrias automobilística e de construção naval, concedidos aos investidores.

Tradição

Apesar da situação crítica provocada pelos preços artificiais que lhe vêm sendo impostos pelo Governo, a Companhia Siderúrgica Nacional dá continuidade a seu programa de expansão. Volta Redonda instala, no momento, o maior grupo

motor-gerador já fabricado no Brasil, com 130 toneladas de peso. Produzido pelo Departamento de Equipamento Elétrico Pesado da General Electric em Campinas, o conjunto acionará os motores dos novos laminadores da CSN.

■ As empresas brasileiras estão perdendo oportunidades para vender em maior escala ao México, por desconhecimento da potencialidade do mercado mexicano. A conclusão figura em estudo encaminhado ao Departamento de Comércio Exterior da FIESP pelo Setor de Promoção Comercial (Sepro) da Embaixada do Brasil no México, que, para corrigir a situação, se propõe instituir um sistema de ligação entre importadores e exportadores de ambos os países.

■ Empréstimo de 40 milhões de dólares concedido pela USAID à Light & Power Co., para expansão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia na área Rio-São Paulo. Em seu programa de diversificação, a empresa associou-se à Celanese Corporation, para instalação de indústria de fibras de nylon em São Paulo. Seu investimento na nova fábrica montará a 2 milhões de dólares durante 1967 e

primeiro semestre de 1968, equivalente à importância que a empresa se comprometeu a investir no Brasil, retirada do pagamento parcial da indenização de 96 milhões de dólares decorrente da encampação, pelo Governo, da Companhia Telefônica Brasileira.

■ Ofensiva da NCR do Brasil no campo de computadores e máquinas de contabilidade (contratados sessen-

ta novos técnicos) e caixas registradoras (250 novos vendedores). Investimento maciço em treinamento: 45 mil cruzeiros novos por grupo de vinte vendedores, em cursos de nove semanas.

■ Setembro marcará o início da produção de tornos pela Romi, no Nordeste. Fábrica instalada no Recife. ** Para os serviços de microrondas em instalação no Paraná, a Willys, através de sua Divi-

são de Produtos Especiais, entregou à Telepar (Telecomunicações do Paraná) um lote de 24 geradores monofásicos de 5 kVA e um gerador de 25 kVA. ** A Brown Boveri suíça constrói o maior turbogruppo do mundo, com potência máxima de 1.300 MW, superior à de todo o conjunto de alternadores da usina de Cubatão, SP (capacidade de 1.250 MW). Encomenda da Tennessee Valley Authority.

O continuar

Diretrizes para a expansão industrial, segundo César Saboya Pontes, presidente da Siemens do Brasil, que acaba de inaugurar nova fábrica em São Paulo: 1) política de investimentos — mais de 100 milhões de dólares (25 milhões de dólares) aplicados no Brasil, dos quais 22 milhões (5,5 milhões de dólares) na nova fábrica; 2) reinvestimento — “todo o lucro da empresa foi reinvestido no Brasil”; 3) formação de pessoal técnico — atualmente apenas quatorze técnicos alemães prestam serviços à empresa, graças à substituição por brasileiros; 4) atenção ao mercado externo — a Ico-tron, sua associada, exporta de 35% a 40% da produção (componentes de rádio e te-



César Saboya

levisão) para o Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos e para a própria Alemanha; 5) padrão tecnológico — os produtos fabricados no Brasil devem preencher requisitos que possibilitem seu uso na substituição de peças para equipamentos fabricados pela Siemens em outras regiões do mundo.

A contradição

Grupo Executivo da "Grande São Paulo". Superintendência do Vale do Paraíba. Grupo Executivo da "Grande Rio". Uma das mais importantes transformações experimentadas pelo País foi a implantação da filosofia de planejamento regional integrado, para áreas que se interinfluenciam. Os problemas da capital paulista — transportes, água, saúde, habitação, desenvolvimento econômico, abastecimento — somente podem ser solucionados levando-se em conta a situação e comportamento de nada menos de trinta municípios circunvizinhos, localizados em sua área de influência. Assim, para o Rio de Janeiro. Assim, para o Vale do Paraíba. Assim, para um sem-número de regiões do País — é a nova filosofia.

Só não é assim para a Sudene — justamente o primeiro organismo criado no Brasil para cuidar do planejamento regional integrado. Seu novo superintendente, General Euler Bentes, baixou diretrizes para levar a Sudene à sua condição original de órgão de planejamento, exclusivamente. As tarefas executivas serão confiadas a órgãos estaduais ou federais, com a extinção de órgãos subsidiários que a Sudene vinha mantendo: a Canesa (abastecimento) será substituída pela Sunab, Cobal e Cibrazem, do Governo Federal; a Conesp (localização de lençóis de água e perfuração de poços) será substituída nada mais nada menos que pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o célebre DNOCS. Além do conceito de integração regional, a reforma contraria também a tese da descentralização administrativa, defendida pelo Ministro Hélio Beltrão. Órgãos federais, como a Sunab ou o DNOCS, passarão novamente a centralizar o trato de problemas tipicamente regionais e mesmo estaduais.

O avanço

Menos munção para os defensores do transporte rodoviário bombardearem o Lloyd e acusá-lo de ineficiente e deficitário. Já em fins de julho a crescente procura de passagens determinou a realização de viagens extras de seus navios de passageiros do Rio a Belém, com escalas em Salvador, Recife e Fortaleza, e do Rio a Santos. Nas linhas internacionais as dificuldades parecem maiores, depois que o Governo brasileiro denunciou acordos internacionais que retiravam cargas do Lloyd. A recente redu-

ção de 25% nos fretes do café e cacau para os EUA foi oficialmente justificada como medida para aumentar o poder de competição dos dois produtos brasileiros no mercado americano. Observadores, no entanto, vêem nela um meio de dar maior poder competitivo ao próprio Lloyd, de acordo com o raciocínio seguinte: 1) por força dos mecanismos do acordo internacional do café, não há possibilidade de rebaixar os preços do café brasileiro; 2) devido à grande escassez de cacau no mercado mundial, não se justifica uma política de preços mais baixos.

A inversão

Todos os serviços ligados a turismo terão enorme potencial de lucro a partir do próximo ano, quando começarão a ser aplicados os recursos descontados do imposto de renda (até 50%) para investimentos no setor, de acordo com a nova legislação federal. Até agora, quem está levando a palma no desenvolvimento do turismo interno — primeiro passo na criação de uma infra-estrutura para atrair turistas do exterior — não é o Rio, e sim São Paulo. A Secretaria de Turismo paulista, por convênio com a Embratur — Empresa Brasileira de Turismo, federal, centralizará todas as atividades no Estado, inclusive financiamento às agências de turismo, para venda de passagens a crédito. Um "pool" de empresas de ônibus, para transporte de turistas, foi estabelecido e vem realizando viagens, todos os fins de semana, às cidades de quatro circuitos: das águas (estâncias hidrominerais), climático, histórico e balneário (litoral). Outras medidas: registro de todos os hotéis do Estado, para classificação e posterior orientação do turista; impressão de guias turísticos e mapas; obrigatoriedade do emprego de cicerones nos ônibus das empresas de turismo.

O recuo

Política suicida está sendo adotada pelo Brasil, contra a lavoura de algodão. Para evitar o seu plantio, o Governo tem fixado preços baixos demais para o produto, de modo a nem cobrir os custos enfrentados pelo lavrador. Agora, a Sudene somente concede regalias às indústrias de óleo que não usarem o caroço de algodão como matéria-prima. Vale dizer, está sufocando o algodão nordestino, sem levar em conta que o mercado mundial está enfrentando grave escassez do produto de fibra longa, que o Nordeste tem condições excepcionais de produzir.

A Claque da Claque

Eu te aplaudo, Tu me aplaudes, Ele nos aplaude; Nós vos aplaudimos, Vós nos aplaudis, Eles nos aplaudem. Fins de julho foi assim: o País inteiro oferecendo cooperação ao Governo, e o Governo, através de seus ministros, exaltando a cooperação do País inteiro.

Clima de otimismo? Não, que êsse só faria bem ao País — como está fazendo. Clima de fraseado vazio, que tem o demérito de manter a opinião pública completamente desinformada do que está acontecendo. E que, a longo prazo, poderá matar o otimismo e atirar o Governo em sérios embaraços pela falta de suporte para superar dificuldades inevitáveis em política econômica. Destroí-se em resumo a confiança na firmeza de decisões do Governo, quando se vê que a realidade não corresponde às intenções. Alguns fatos sintomáticos:

1) O recuo na tentativa de estabilização do preço da carne, em que o Governo foi derrotado e que o Ministro Delfim Netto, com certa ingenuidade, tentou apresentar como uma vitória porque já se havia conseguido “adiar o aumento por um mês”.

2) A majoração dos preços de alguns produtos industriais. O Governo proclama que o

aumento inicialmente pretendido era muito superior ao obtido, e isso “já é uma vitória”, e “atitude de cooperação das empresas”. Mas quem acompanhou o desenrolar da disputa sabe que o Governo não concordava com nem um centavo de aumento.

3) O silêncio em torno das dificuldades na execução orçamentária, somente reveladas em pronunciamentos esparsos como as queixas do Ministro Albuquerque Lima contra a não-liberação de recursos para obras de seu Ministério. O “deficit” do Tesouro deve ser mais grave do que oficialmente se admite — e o fato pode ter conseqüências sérias, em futuro próximo.

4) A decisão do Governo de permitir que os recursos do Decreto 157 sejam aplicados também na compra de ações “velhas”, medida que, claramente, nada tem a ver com o fornecimento de recursos às empresas, e atende apenas à especulação em bolsa (ver “Economia”, à página 30).

Política econômica implica flexibilidade, que traga cooperação e simpatia. Mas exige explicações, de público e sem dissimulações, das razões do acolhimento de pretensões. Ou leva ao rigoroso caminho do descrédito.

A Esterilidade da Arenga

Adeus às esperanças, com êste preâmbulo: “Inspirada nos princípios democráticos de liberdade e nos ideais cristãos de solidariedade humana e social, a política...”. Mas essa retórica, infelizmente, está contida na “Carta de Brasília”, que se propunha traçar diretrizes para a política agrícola nacional, e por isso mesmo deveria ser objetiva. Contudo, é pomposamente literária e vazia, mostrando que o Governo Costa e Silva, que durante quatro meses trabalhou no “documento”, corre o risco de enveredar pelo caminho perigoso do irrealismo teórico. Não se encontra no documento um traço do bom senso que marcou os primeiros tempos da Administração Costa e Silva, quando finalmente parecia ter sido entendido que o problema da agricultura brasileira não é apenas aumentar a produção; é garantir ao lavrador que, na hora em que êle estiver com suas safras na mão, o Governo não vai pura e simplesmente deixar de comprar seus produtos no interior, usando as eternas desculpas. Fora dessa atitude, o resto é ensaio literário, é “Carta de Brasília”. E tanto o é que, no momento mesmo em que mais de trezentas pessoas se reuniam na capital federal para aprovar o documento, a lavoura de São Paulo continuava sem

saber a quem vender seus excedentes de 1 milhão de toneladas de milho.

A “Carta de Brasília” é desanimadora principalmente porque já em agosto o lavrador deve saber o que vai plantar para a próxima safra: o decreto de novos preços mínimos, que orienta o plantio, deve sair êste mês. Impossível, portanto, que, em fins de julho, o Governo não tivesse uma só diretriz concreta para anunciar à lavoura. O próprio discurso do Presidente Costa e Silva anuncia somente uma medida real: a assinatura do decreto de criação do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária — e êste, infelizmente, nada tem de nôvo; trata-se da aplicação de empréstimo que o Banco Mundial já decidira conceder ao Brasil havia quase dois anos, a ser usado em ambicioso plano de desenvolvimento da pecuária brasileira. Resta saber se os técnicos do Governo vão lembrar-se, no plano, de que há medidas simples para baratear a produção e o preço da carne no Brasil: um estudo da Secretaria da Agricultura de São Paulo, por exemplo, mostrou que basta alimentar adequadamente o gado durante a seca para que êle possa ser abatido aos dois anos e meio, e não aos quatro ou cinco, como é normal no Brasil.